Hoje muito se fala no tamanho da dívida pública brasileira, de 83% do PIB, mas em evolução, como causa para manter taxa básica de juro tão elevada, atualmente em 13,75 ao ano. A opinião pública se divide entre os que entendem que a causa é direta e os que defendem ser um erro, já que outros países devem proporcionalmente muito mais que o Brasil e oferecem juros bem menores.

Certo é que não existe um vínculo tão automático entre dívida e juro como chegam a imaginar. No Brasil a autoridade monetária não determina taxa de juro com vistas a conseguir captar recursos com base no que o país deve (nem seria papel dela), mas pelo seu compromisso de perseguir a meta de inflação lançada pelo Conselho Monetário Nacional.

Assim, a ideia de comparar taxas de juro entre países de acordo com a proporção da dívida perde sentido ao sabermos que cada economia tem um arranjo próprio para inflação, que passa, entre outros aspectos, por taxa de investimento, infraestrutura instalada, capacidade ociosa nos fatores de produção e produtividade do trabalho. Semelhante contradição pode ser colhida se analisarmos perfil de vencimento e serviços financeiros do estoque da dívida de cada economia.

Desembaraçada a inviabilidade comparativa, podemos passar a analisar propriamente o raciocínio da necessidade de ajuste fiscal por conta do nível da dívida pública. Embora o nível do endividamento produza efeitos através da deterioração de expectativas, que retroalimenta um círculo econômico vicioso, tal efeito pode ser deixado de lado se nos detivermos aos aspectos mais concretos e relevantes.

Em vez de doença, o nível de endividamento pode ser visto mais como sintoma que corrobora diagnóstico de gastos públicos excessivos para a capacidade de absorção da economia em seu atual estágio, que requer continuamente fontes extras de financiamento ao que gastamos além da arrecadação, o déficit fiscal. Para este tratamento o remédio é amargo e cheio de efeitos colaterais: a taxa de juro, com a consequência da desaceleração do crescimento econômico, como a que assistimos.

Ocorre que parte dos gastos públicos não relacionados a investimentos entram na economia na forma de estímulo ao consumo, que, sem o correspondente incentivo à produção, tem alto potencial inflacionário, pedindo juros. Já pelo lado dos investimentos privados, a taxa de juro tão elevada é um verdadeiro convite a não investir.

Contudo, não há razão para refutarmos benefícios do Estado como indutor da economia, desde que registremos ociosidade dos fatores de produção, a exemplo do mercado de trabalho, que, definitivamente, não é o caso brasileiro.

Portanto, não há caminho possível para controlar juros e sair da armadilha de que qualquer crescimento econômico pouco maior provoca disparada da inflação que não passe pelo necessário ajuste fiscal. Mas não é qualquer tipo de ajuste que resolve.

Se nos pautarmos, por exemplo, pela redução dos gastos tributários, ou dos benefícios fiscais a segmentos econômicos, há efeito de elevar a arrecadação e melhorar o resultado fiscal real (sem abatimentos), muito importante para ajudar a cumprir a meta de 2027, de superávit fiscal primário de 0,5% do PIB (ou 0,25% pela margem de tolerância), que pode contribuir para discretíssima desaceleração no ritmo de crescimento da relação Dívida/PIB, mas pouco ajuda no problema de injetar recursos adicionais na economia, através dos gastos públicos, sem correspondente fomento na produção. Voltamos à pressão inflacionária, que continuará a exigir juros elevados.

Pela ótica da arrecadação desviaríamos dessa ineficiência para inflação e juro se sobretaxássemos consumo, no sentido de retirar recursos de circulação, mas é altamente desaconselhável e indesejado à luz da já penalizante carga tributária brasileira.

Por isso, todos os caminhos para bem endereçar taxa de juro no Brasil levam necessariamente à redução do gasto público, que é mais estrito que o ajuste fiscal, por oferecer resultado também pela via da arrecadação.

Enquanto essa consciência não for despertada seguiremos assistindo às sucessivas reduções no crescimento econômico, que podem atingir mercado de trabalho, conjugadas com margens cada vez menores para controle da inflação. Logo, mais cedo ou mais tarde, o próprio governo perceberá que não há como resistir aos cortes nos gastos, mas quanto mais demorar esse momento maior pode ser a necessidade do esforço, em vista de danos causados.

Falar em cortes de gastos sempre desperta reações para defender benefícios sociais, que, sem dúvida, são importantíssimos e podem ser preservados sob maior austeridade. Desvincular obrigatoriedade de gastos não deve ser visto, por exemplo, como piora na qualidade de educação ou saúde, pois não é a quantidade que define qualidade, mas a

eficiência no uso do recurso público.

O risco do corte de gastos não está na ameaça aos benefícios sociais, que devem ser mantidos, mas na devolução de crescimento econômico conquistado pela trajetória altista nos gastos públicos, que não se sustenta.